



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PINHALÃO**

**CNPJ/MF – 77.774.479/0001-48**

**RUA FRUTUOSO PEREIRA DOS SANTOS, 122**

**FONE: (043) 3569 1706.**

**E-MAIL: CAMARA.PINHALAO@GMAIL.COM**

**PINHALÃO - CEP: 84.925-000 - PARANÁ**

## **INDICAÇÃO LEGISLATIVA 18/2025**

**Ementa:** Indicar ao Poder Executivo a elaboração de Projeto de Lei que disponha sobre a realização de avaliação médica periódica e exame toxicológico pelos motoristas do quadro de servidores do Município de Pinhalão.

**Ao Exmo. Sr. Luiz Eduardo do Castro Vanzeli**  
**Prefeito Municipal**

A Câmara Municipal de Pinhalão, por intermédio de sua vereadora Francielli Siqueira de Carvalho Macedo, vem por meio do presente, indicar ao Poder Executivo a elaboração de Projeto de Lei que disponha sobre a realização de avaliação médica periódica e exame toxicológico pelos motoristas do quadro de servidores do Município de Pinhalão, nos termos da sugestão legislativa, ora em **anexo**.

**Justificativa:** A utilização rotineira de produtos entorpecentes e psicotrópicos prejudica a todos, em especial, a produtividade dos trabalhadores. No caso dos serviços públicos, prestados pelas instituições Públicas, o prejuízo no atendimento viola diretamente o interesse público, que deve ser protegido pelo Poder Público de forma suprema, acima de quaisquer interesses particulares. O prejuízo ao interesse coletivo pode ocorrer em diversos casos e na generalidade dos serviços públicos. Portanto, considera-se que todo e qualquer servidor pode trazer prejuízos à coletividade por ser um usuário ou dependente de substâncias psicotrópicas.

Assim, o controle estatal sobre as condições físicas e psicológicas dos servidores públicos deve ser feito de forma generalizada, de preferência previamente ao ingresso nas carreiras públicas, antes do estabelecimento de uma relação jurídica de natureza trabalhista entre o indivíduo e a Administração Pública. O ideal é que as pessoas dependentes sejam inabilitadas para o exercício da função pública, uma vez que a periculosidade que pode advir de sua conduta pode causar danos irreversíveis, em especial às pessoas envolvidas.

Por isso, o exame toxicológico negativo deveria ser compreendido como requisito para manutenção efetiva do motorista no cargo, pois tais exames, além de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PINHALÃO**

**CNPJ/MF – 77.774.479/0001-48**

**RUA FRUTUOSO PEREIRA DOS SANTOS, 122**

**FONE: (043) 3569 1706.**

**E-MAIL: CAMARA.PINHALAO@GMAIL.COM**

**PINHALÃO - CEP: 84.925-000 - PARANÁ**

constituir meio inibitório ao envolvimento com entorpecentes e psicotrópicos proibidos, ou não indicados, serviria para afastar os usuários/dependentes do exercício de um cargo público. A limitação imposta pelo exame toxicológico tem como finalidade precípua proteger a coletividade como um todo, pois uma vez ocorrido qualquer tipo de dano, muitas vezes, este vem carregado de irreversibilidade.

Isso posto, pode-se concluir que seria de grande valia para a sociedade, em especial para a saúde coletiva e para a preservação do interesse público, que todos servidores públicos municipais que desempenhem a função de motorista na administração pública, direta e indireta, sejam submetidos a exames toxicológicos para a detecção do uso de substâncias proibidas. Servidores e empregados públicos que possuem alguma dependência química irão comprometer a prestação dos serviços públicos à sociedade.

Sem mais para o presente, apresentamos os votos de elevada estima e consideração.

Pinhalão, em 28 de maio de 2025.

*FRANCIELLI M*

**FRANCIELLI SIQUIRA DE CARVALHO MACEDO**  
**VEREADORA**



**CÂMARA MUNICIPAL DE PINHALÃO**  
**CNPJ/MF – 77.774.479/0001-48**  
**RUA FRUTUOSO PEREIRA DOS SANTOS, 122**  
**FONE/FAX: (043)-3569 1706.**  
**E-MAIL: CAMARA.PINHALAO@GMAIL.COM**  
**PINHALÃO - CEP: 84.925-000 - PARANÁ**

## **PROJETO DE LEI N.º**

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA PERIÓDICA E EXAME TOXICOLÓGICO PELOS MOTORISTAS DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PINHALÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Pinhalão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Luiz Eduardo de Castro Vanzeli, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Os servidores públicos ocupantes do cargo de motorista no âmbito da administração Pública de Pinhalão deverão se submeter a:

I – Avaliação médica anual;

II - Exame toxicológico periódico, a cada seis meses, com janela de detecção de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 2º** - Ficam sujeitos aos efeitos dessa Lei os servidores públicos que exerçam a função de Motorista, incluindo os condutores de veículos destinados ao transporte escolar, utilitários, caminhões, de transporte de pessoas, materiais e de enfermos nas ambulâncias e micro-ônibus no transporte municipal ou fora do município de demais veículos.

**§ 1º** - Considera-se incompatível com o exercício do Serviço Público de Motorista o uso de substância psicoativa, entorpecente e uso de bebida alcoólicas, sendo aplicadas aos servidores públicos flagrados sob a influência de tais substâncias as penalidades cabíveis, sendo inclusive de exoneração, mediante processo administrativo disciplinar, assegurando a ampla defesa.

**§ 2º** - Ao servidor em serviço também poderá ser aplicada a pena de exoneração quando a constatação de uso de substância psicoativa, entorpecente e uso de bebidas alcoólicas for realizada por órgãos de fiscalização de trânsito, respeitado o processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.

**Art. 3º** - A avaliação médica compreenderá:

I – Avaliação clínica com ênfase nos sistemas neurológico, cardiovascular, visual e auditivo;

II – Verificação das condições físicas e mentais necessárias para a condução segura de veículos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PINHALÃO**  
**CNPJ/MF – 77.774.479/0001-48**  
**RUA FRUTUOSO PEREIRA DOS SANTOS, 122**  
**FONE/FAX: (043)-3569 1706.**  
**E-MAIL: CAMARA.PINHALAO@GMAIL.COM**  
**PINHALÃO - CEP: 84.925-000 - PARANÁ**

**§ 1º** - O médico examinador deverá emitir laudo atestando especificamente aptidão ou inaptidão para a função de motorista, considerando os critérios estabelecidos na Resolução CONTRAN n.º 425/2012 ou norma posterior que a substitua.

**§ 2º** - O laudo médico deverá indicar expressamente:

- I – Se o servidor apresenta condições físicas e mentais para a condução segura de veículos;
- II – Se existem restrições para a condução de determinados tipos de veículos;
- III – O prazo de validade da avaliação.

**Art. 4º** - O exame toxicológico será obrigatório para os servidores públicos municipais que desempenharem a função de motorista, sendo que aquele deverá:

- I – Ser realizado em laboratório credenciado pelo DENATRAN;
- I – Apresentar janela de detecção de 180 dias;
- III – Ser renovado a cada 06 (seis) meses.

**Parágrafo Único:** Para fins deste artigo, considera-se exame toxicológico de larga janela de detecção aquele destinado à verificação do consumo ativo, ou não, de substâncias psicoativas, com análise retrospectiva mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 5º** - O exame toxicológico e a avaliação médica serão custeados pelo Município e realizados durante o horário de expediente do servidor, mediante agendamento prévio.

**Art. 6º** - Em caso de resultado positivo, é direito do interessado solicitar contraprova mediante a realização de novo exame, bem como a manutenção do sigilo das informações, nos termos da Lei Federal n.º 13.709/2018.

**Parágrafo Único:** O resultado dos exames somente será divulgado aos interessados e não poderá ser realizado para fins estranhos ao disposto na presente lei.

**Art. 7º** - O resultado positivo ou a recusa na realização do exame previsto nesta lei, não infirmado em contraprova ou não justificado por perícia médica, acarretará a imediata abertura de processo administrativo, respeitada a legislação pertinente em cada caso.

**Parágrafo Único** - Caso o servidor não realize a avaliação médica ou o exame toxicológico, bem como se recuse imotivadamente em fazê-lo, ficará suspenso do exercício de suas funções e os dias não laborados serão descontados dos respectivos vencimentos.

**Art. 8º** - Em caso de resultado positivo do exame toxicológico, o interessado deverá ser encaminhado imediatamente ao serviço médico, através do Sistema Único de Saúde – SUS



**CÂMARA MUNICIPAL DE PINHALÃO**  
**CNPJ/MF – 77.774.479/0001-48**  
**RUA FRUTUOSO PEREIRA DOS SANTOS, 122**  
**FONE/FAX: (043)-3569 1706.**  
**E-MAIL: CAMARA.PINHALAO@GMAIL.COM**  
**PINHALÃO - CEP: 84.925-000 - PARANÁ**

ou setor médico do município para avaliação e emissão de laudo médico, acerca da necessidade do afastamento das atividades laborais.

**Parágrafo Único:** Em caso de afastamento, fica a Administração Pública autorizada a descontar os vencimentos e salários dos interessados que tiverem o uso de substâncias psicoativas ilícitas atestadas em seus exames, enquanto perdurar o motivo do afastamento.

**Art. 9º** - O resultado positivo no teste psicológico de que trata a presente lei ensejará ao responsável:

I – Se em primeira ocorrência, pena de advertência;

II – Se em segunda advertência, em exame realizado 06 (seis) meses após o primeiro, pena de suspensão por 30 (trinta) dias;

III – Se em terceira ocorrência, pena de demissão a bem do serviço público.

**Art. 10** – Na aplicação da presente lei, deverão ser observados os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa e observada a legislação específica para cada caso.

**Art. 11** – As despesas com a aplicação da presente lei, correrão a conta dos créditos orçamentários dos respectivos órgãos de origem, exceto os exames subsequentes ao primeiro exame positivo, os quais deverão ser custeados pelos interessados até que se regularize sua situação.

**Art. 12** – A presente lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no que couber.

**Art. 13** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinhalão, em 28 de maio de 2025.

---

**LUIZ EDUARDO DE CASTRO VANZELI**  
**PREFEITO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE PINHALÃO**  
**CNPJ/MF – 77.774.479/0001-48**  
**RUA FRUTUOSO PEREIRA DOS SANTOS, 122**  
**FONE/FAX: (043)-3569 1706.**  
**E-MAIL: CAMARA.PINHALAO@GMAIL.COM**  
**PINHALÃO - CEP: 84.925-000 - PARANÁ**

### **JUSTIFICATIVA**

A utilização rotineira de produtos entorpecentes e psicotrópicos prejudica a todos, em especial, a produtividade dos trabalhadores. No caso dos serviços públicos, prestados pelas instituições Públicas, o prejuízo no atendimento viola diretamente o interesse público, que deve ser protegido pelo Poder Público de forma suprema, acima de quaisquer interesses particulares. O prejuízo ao interesse coletivo pode ocorrer em diversos casos e na generalidade dos serviços públicos. Portanto, considera-se que todo e qualquer servidor pode trazer prejuízos à coletividade por ser um usuário ou dependente de substâncias psicotrópicas.

Assim, o controle estatal sobre as condições físicas e psicológicas dos servidores públicos deve ser feito de forma generalizada, de preferência previamente ao ingresso nas carreiras públicas, antes do estabelecimento de uma relação jurídica de natureza trabalhista entre o indivíduo e a Administração Pública. O ideal é que as pessoas dependentes sejam inabilitadas para o exercício da função pública, uma vez que a periculosidade que pode advir de sua conduta pode causar danos irreversíveis, em especial às pessoas envolvidas.

Por isso, o exame toxicológico negativo deveria ser compreendido como requisito para manutenção efetiva do motorista no cargo, pois tais exames, além de constituir meio inibitório ao envolvimento com entorpecentes e psicotrópicos proibidos, ou não indicados, serviria para afastar os usuários/dependentes do exercício de um cargo público. A limitação imposta pelo exame toxicológico tem como finalidade precípua proteger a coletividade como um todo, pois uma vez ocorrido qualquer tipo de dano, muitas vezes, este vem carregado de irreversibilidade.

Isso posto, pode-se concluir que seria de grande valia para a sociedade, em especial para a saúde coletiva e para a preservação do interesse público, que todos servidores públicos municipais que desempenhem a função de motorista na administração pública, direta e indireta, sejam submetidos a exames toxicológicos para a detecção do uso de substâncias proibidas. Servidores e empregados públicos que possuem alguma dependência química irão comprometer a prestação dos serviços públicos à sociedade.

Ante o exposto, solicitamos a benéfica aprovação do referido Projeto.

*FRANCIELLI M*

**FRANCIELLI SIQUEIRA DE CARVALHO MACEDO**

**09 de junho de 2025**

## Página de assinaturas






**FRANCIELLI MACEDO**

041.398.999-21

Signatário

### HISTÓRICO

- |                         |                                                                                     |                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 09 jun 2025<br>15:13:00 |    | <b>Adagouberto Nogueira Junior</b> criou este documento. ( Empresa: Câmara Municipal de Pinhalão, CNPJ: 77.774.479/0001-48, Email: contador@pinhalao.pr.leg.br, CPF: 021.594.339-26 )       |
| 09 jun 2025<br>15:21:48 |  | <b>FRANCIELLI SIQUEIRA DE CARVALHO MACEDO</b> (Celular: +5543984225933, CPF: 041.398.999-21) visualizou este documento por meio do IP 187.25.153.4 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil |
| 09 jun 2025<br>15:40:19 |  | <b>FRANCIELLI SIQUEIRA DE CARVALHO MACEDO</b> (Celular: +5543984225933, CPF: 041.398.999-21) assinou este documento por meio do IP 187.25.153.4 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil    |

